

## AO SR. PREGOEIRO E COMISSÃO DE APOIO DA ITAIPU BINACIONAL

PE. NF. 0710/2025

**XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **XX.XXX.XXX/0001-XX**, com sede na XXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXXX, XXXXXX, CEP XXXXX-XXX, Bairro/Distrito XXXXXXXX, XXXXXXXX/XX, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO CBC n. 0710/2025** conforme estabelece o item 2.23, subitem 2.23.2 do CBC, pelas razões de fato e de direito a que passa a expor:

### I. DO CONTEXTO FÁTICO DO CERTAME

---

Trata-se de CBC de Licitação regido pelo princípio da ampliação da disputa, nos termos do subitem 2.8.1:

#### 2.8 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAM ESTE PREGÃO

**2.8.1 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.**

2.8.2 Os casos não previstos neste CBC serão decididos pelo(a) pregoeiro(a).

O referido certame tem como objeto:

Selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a Contratação de consultoria para emissão de

relatório com segunda opinião técnico-atuarial a respeito do fluxo previdenciário líquido esperado de benefícios saldados e contribuições, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).

Acontece que o instrumento convocatório impôs exigências indevidas que precisam, urgentemente serem excluídas ou modificadas do CBC, a fim de que proporcione a escolha da proposta mais vantajosa sem que, para tanto, a referida normativa esteja eivada de vício insanável, capaz de macular todo o processo.

Nesse sentido, percebe-se que o CBC ao tratar das condições de **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL (HABILITAÇÃO)** estabeleceu o que segue:

***1.4.2 Será considerada habilitada a empresa que:***

***b) comprovar registro no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA);***

Entretanto, a exigência arrolada não possui respaldo jurisprudencial, tampouco doutrinário, caracterizando, assim, cláusula restritiva à competição. Vale lembrar que, segundo o princípio da autotutela administrativa compete à Administração Pública **REVER** seus próprios atos de ofício ou quando provocada.

Assim, é o que se busca na presente peça, visto que ela se constitui em instrumento notadamente benéfico à disputa, pois permite a reanálise do ato aqui impugnado sob o ponto de vista legal, trazendo ao

conhecimento dos agentes responsáveis pelo certame a falha que precisa ser corrigida, antes do início da licitação. Assim, tal situação merece urgente reparo pela autoridade administrativa, pois cria óbice à própria realização da disputa, causando restrição à competitividade.

## II. DA TEMPESTIVIDADE

---

O CBC no item 2.23 estabelece que as impugnações deverão ser protocoladas em até 02 dias úteis antes da data prevista para abertura da sessão pública.

Deste modo, tem-se que o prazo para interposição de impugnação, finda-se em 20/06/2025 razão pela qual, tem-se por tempestiva a presente peça.

## III. DAS RAZÕES DA REFORMA DO CBC

---

### III.I DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. DO ITEM 1.4.2, ALÍNEA “B” DO CBC

---

Como visto, a presente impugnação visa excluir do presente certame a exigência de:

- b) comprovar registro no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA);

Nesse sentido, resta mais do que cristalino que a habilitação deve ser conduzida em ajuste com a proporcionalidade, e não o contrário.

Vejamos, inicialmente, que o objeto do certame é a contratação de “consultoria para emissão de relatório com segunda opinião técnico-

atuarial a respeito do fluxo previdenciário líquido esperado de benefícios saldados e contribuições, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028”.

Ocorre que o item 1.4.2, alínea “b” do CBC restringe a competitividade no certame, indicando que a licitante tenha registro no IBA como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA-PSA.

b) comprovar registro no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA);

Ocorre que, e aqui pedimos especial atenção ao fato de que o Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, de acordo com o seu estatuto social, é uma associação aberta ao ingresso na qualidade de sócio, de empresas e de profissionais, vejamos:

ESTATUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA – IBA CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E DOS OBJETIVOS  
Art. 1º - O INSTITUTO BRASILEIRO DE ATUÁRIA, abreviadamente designado por IBA, **é uma associação**, com sede na Rua da Assembleia, 10 Salas 1304/1305, Centro, Rio de Janeiro CEP: 20011-901, e foro na cidade do Rio de Janeiro, regida pelos presentes Estatutos e constituída por tempo indeterminado.<sup>1</sup>

Percebe-se que o Estatuto de Fundação do Instituto Brasileiro de Atuária, denomina a entidade como **Associação de Classe** e por isso, **não pode ser considerada Entidade de Representação, diferentemente do que ocorre com a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Regional de Contabilidade, o Conselho Regional de Medicina etc.**

Nesse cenário, devemos fazer o cotejo constitucional, percebendo que a Constituição Federal tem em seu artigo 5º, inciso XX:

---

<sup>1</sup> <https://atuarios.org.br/atos-normativos/>.

“[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

**XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;** [...]” (sublinhamos para maior destaque)

Ainda neste sentido, diversos Tribunais de Contas Estaduais vêm utilizando do mesmo princípio. Neste momento, podemos citar o TCE do Estado de São Paulo que acabou por editar Súmula nº 18, e assim decidiu:

“[...] Em procedimento licitatório, é vedada a exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação. [...]” (o texto original não contém marcações)

De outra forma, podemos notar que da análise do próprio estatuto do IBA, embora tecnicamente esteja incorreto, o documento afirma que os sócios pessoas jurídicas serão aceitas na forma do:

Art. 3º – Haverá 5 categorias de sócios: membros, coletivos, honorários, beneméritos e correspondentes.

§ 1º – São membros os sócios individuais que preencham as condições previstas no artigo 4º e que forem aceitos na forma do parágrafo 6º.

§ 2º – São sócios coletivos as pessoas jurídicas ou entidades públicas que forem aceitas na forma do parágrafo 6º deste artigo.

O Estatuto prossegue, definindo a modalidade:

§ 6º – A admissão de sócios far-se-á por decisão da Diretoria nos casos previstos nos parágrafos 1º, 2º e 5º deste artigo e, mediante resolução da Assembleia Geral, nos demais, respeitadas as exigências deste artigo e dos seguintes.

Ou seja, para a licitante tornar-se membro coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária – CIBA, deverá ser mediante Resolução da Assembleia Geral, isto é, sequer é uma faculdade, uma escolha, pois depende do interesse de terceiros, uma possibilidade, o que acaba sendo mais uma restrição.

Além disso, em tese, depende de uma aprovação discricionária de uma Diretoria ou da reunião anual da Assembleia Geral para o ingresso, ou seja, a inclusão pelo que se vê não se dá pelo preenchimento de requisitos, mas por uma escolha de um seletivo grupo de pessoas.

Por esses apontamentos, entendemos como excessivos os requisitos do CBC quanto à necessidade de que a empresa “deverá estar registrada no IBA na categoria de sócio coletivo”. Ou seja, é extremamente condicionante e restritivo limitar **as empresas a registro no IBA.**

Outrossim, vale dizer também que o profissional atuário é devidamente habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme previsto no Decreto Lei 806/1969, assim, o profissional nem a empresa em que trabalha é obrigado sequer a estar filiado ao Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, órgão este que apenas faz o encaminhamento da documentação para registro no MTE:

“[...] Art. 2º O registro profissional, obrigatório a todo atuário, far-seá no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social e constará de livro próprio. [...]” (sublinhado)

No mesmo Decreto está explícita qual a única competência do Instituto Brasileiro de Atuária:

“[...] Art. 3º Os pedidos de registro, a que se refere o artigo 2º, serão entregues, acompanhados da documentação exigida, ao Instituto Brasileiro de Atuária que

encaminhará o processo ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Atuária, realizadas as diligências necessárias, opinará sobre o pedido de registro, manifestando-se quanto ao mérito. Este pronunciamento instruirá o processo, ficando, porém, a critério das autoridades administrativas a decisão final.

Perceba-se, o IBA tem apenas a função de coletar as informações e proceder diligências, e não de emitir registro profissional, nem mesmo criar normas que regulamentem como o profissional deverá estar para exercer sua atividade. Neste sentido, a exigência prevista no CBC está em desacordo com a norma geral.

Além disso, a Resolução nº 02/2015 do IBA é um ato meramente administrativo de uma associação, e por isto, não pode se sobrepor em relação a norma geral, nem mesmo exigido seja como condição para habilitação do certame.

Tratando especificamente ainda do assunto, o Decreto Lei nº 66.408/1970 assim disciplina:

Art. 1º Entende-se por atuário o técnico especializado em matemática superior que atua, de modo geral, no mercado econômico-financeiro, promovendo pesquisas e estabelecendo planos e políticas de investimentos e amortizações e, em seguro privado e social, calculando probabilidades de eventos, avaliando riscos e fixando prêmios, indenizações, benefícios e reservas matemáticas.

Art. 9º O exercício da profissão de atuário, em todo o Território Nacional, somente é permitido a quem for registrado como tal no Ministério do Trabalho e Previdência Social e for domiciliado no País.

Art. 11 O registro profissional, obrigatório a todo atuário, far-se-á no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social e constará de livro próprio.  
Art. 12 Os pedidos de registro a que se refere o artigo 11

serão feitos através do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, que, após recebida a documentação hábil e realizados os estudos e diligências que couberem, emitirá parecer conclusivo, encaminhado o processo, assim formado, à decisão final do órgão competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social. [...]"

Repise-se: **O Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) não é conselho profissional, de modo que não tem competência legal para instituir normas/resoluções que afetem principalmente o setor público em seus processos administrativos.** Neste sentido, é ilegal e contrária ao estabelecido na Lei de Licitações, Artigo 3º, §1º, inciso I.

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010).

Nesse sentido, podemos contar também com a exposição de Michelle Marry, atuando junto à Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão<sup>2</sup>, ao analisar a inclusão de exigência de registro em Conselhos Profissionais, ponderou que “tal exigência apenas pode ser aplicada quando houver lei que restrinja o livre exercício de alguma atividade”.

Ora, nem a empresa licitante precisa possuir em seu quadro técnico profissional vinculado ao IBA, uma vez que a Carta Constitucional veda que qualquer profissional seja compelido a associar-se ou manter-se associado, bem como inexistente qualquer determinação legal para que empresas sejam obrigadas a manter-se associadas ao IBA na qualidade de CIBA, isto é, membro coletivo, nos termos do Estatuto.

---

<sup>2</sup> Parecer/MP/CONJUR/MM/n. 4.3.17/2019.



Pelo exposto, portanto, é imperativo que o presente CBC seja retificado, para que torne os critérios de habilitação técnica claros, objetivos e devidamente fundamentados na legislação vigente. Qualquer exigência que vá além do necessário ou que não encontre suporte em lei deve ser revista ou eliminada, a fim de garantir a máxima competitividade e a escolha da proposta mais vantajosa para a administração.

#### IV. DA ANÁLISE DE CASOS ANÁLOGOS. DO ENTENDIMENTO PACIFICADO

---

Do ponto de vista jurisprudencial, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiterado que as exigências documentais em processos licitatórios devem observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo vedada a inclusão de requisitos que não tenham relação direta com a capacidade técnica, econômica ou operacional dos licitantes.

A Súmula 283 do TCU, por exemplo, define que:

para fins de habilitação, <u>a Administração não deve exigir dos licitantes certidões que não sejam essenciais à comprovação da regularidade fiscal e à idoneidade econômica, reforçando que a comprovação de “regularidade” deve se ater aos aspectos legais e fiscais, <b>sem incluir imposições associativas ou de natureza similar</b></u>
--

Outrossim, em caso análogo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) reconheceu a **inconstitucionalidade da exigência de registro no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) como condição para participar do Pregão Eletrônico nº PE.EPE.90.013/2024 (Anexo 1)**.

O certame teve como objeto a prestação de serviços de Avaliação Atuarial dos Benefícios concedidos aos Empregados da EPE.

Vale dizer que no certame, a impugnante também questionou a exigência do item 5.1.7 do Termo de Referência do Edital, que condicionava a habilitação técnica ao registro no IBA e à condição de Membro Coletivo do Instituto.

Ainda, a impugnante destacou a natureza do IBA como associação de classe, sem competência legal para instituir normas que afetem o setor público. Enfatizou a ilegalidade da exigência, contrariando o princípio da livre concorrência previsto na Lei de Licitações.

A EPE, após análise da impugnação, **reconheceu a pertinência dos argumentos** apresentados. A decisão considerou a necessidade de ampliar a participação no certame e adequar o edital às jurisprudências mais recentes sobre o tema.

Concluindo, vejamos trecho da decisão:

a EPE **acata a impugnação e reforma o edital**, excluindo os subitens 5.1.7 e 5.1.8 do Termo de Referência. A republicação do edital, com a devida recontagem do prazo legal, garante a **adequação do processo licitatório aos princípios constitucionais e legais.**

Com o mesmo entendimento, o Serviço Geológico Brasileiro (SGB) também se alinhou ao entendimento da EPE, reconhecendo que a exigência de registro no IBA para empresas é indevido.

Outrossim, a título de case ainda mais recente, destacamos o entendimento do Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, que busca contratação de avaliação atuarial de EFPC ainda em 2024, acerca da inscrição no IBA inicialmente prevista em anexo:

A área demandante analisou seu questionamento, e informou que:

Embora no termo de referência não houvesse a exigência citada de que a empresa “deverá estar registrada no IBA na categoria de sócio coletivo”, buscando mitigar novos questionamentos, retiramos a exigência de registro no Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Entretanto, como também apontado pelo senhor, subentende-se que o profissional atuário deverá estar devidamente registrado “no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social e constará de livro próprio”, conforme Decreto nº 66.408, de 3 de abril de 1970, art 11 e Resolução CNPC Nº 30, de 10 de outubro de 2018, art 2.

Ainda, a título de completo esclarecimento, o registro no referido “órgão regional competente” refere-se ao profissional, pessoa física, e não à empresa, pessoa jurídica.

Desta forma, aguardamos sua proposta.

At.te

Janille F. Casseb  
Analista em Geociências  
Divisão de Material - DIMATE  
Janille.casseb@sgb.gov.br



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



Assim, ante todo o exposto, e considerando o cenário, a retirada da exigência prevista no CBC é medida que se impõe para garantir a legalidade, a impessoalidade e a moralidade do certame, preservando o interesse público e assegurando a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### V. DOS ESCOPOS SEMELHANTES. DA EXPERTISE DA RUSSELL BEDFORD GM. DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

---

As exigências previstas no item 5 do Termo de Referência são extremamente específicas e limitam a participação de alguns fornecedores no processo de contratação.

Embora empresas como a Russell Bedford detenham significativa experiência no mercado, as restrições impostas por tais exigências tornam difícil o cumprimento integral dos requisitos.

Vejamos, assim, que existe histórico de execuções de serviços semelhantes realizados pela impugnante, em que não houve qualquer menção a registro no IBA, tampouco como CIBA:

<u>PATROCINADORA</u>	<u>EFPC</u>	<u>PATROCINADORA</u>	<u>EFPC</u>
			
			
			
			

O quadro acima representa os principais contratos em que a impugnante atuou, contratada por patrocinadoras para escopos de avaliação e auditoria atuarial.

Também destacamos processos recentes, com escopo aproximado dos serviços a serem contratados pela ITAIPU BINACIONAL:

<b>Contratante</b>	<b>Processo de Compra</b>	<b>Objeto</b>	<b>Qualificação técnica</b>
<b>BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.</b>	<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2021</b>	1.1 Contratação da empresa especializada para prestação de serviço de avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pelo BRB – Banco de Brasília S/A).	Item 12.5.1 do edital.
	PROCESSO Nº 041.000.337/2020	1.2 A prestação do serviço deverá ser realizada nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) –	Não houve qualquer menção a uma restrição

		Benefícios a Empregados, aprovado pela Instrução CVM 695/2012, Resolução CMN 4.424/2015, legislação correlata aplicável à Previdência Complementar e Saúde Suplementar e de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.	para inscritos no IBA.
Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE	Pregão Eletrônico nº 20210154 – CAGECE/GCONT  Processo nº 06556440/2021	Serviço de de avaliação atuarial dos benefícios a empregados da Companhia de Água e Esgoto do Ceará-Cagece, para fins de atendimento ao CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, com cálculo realizado na data-base de 31 de dezembro, para os exercícios de 2021 a 2023, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência deste edital.	Item 11.5. do edital.  Não houve qualquer menção a uma restrição para inscritos no IBA.
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.,	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2023/108	Contratação dos serviços técnicos especializados de auditoria independente, a ser realizado em conjunto com grupo de auditores internos do Banco do Nordeste, no objeto de auditoria Passivo Atuarial, à luz do que preconiza a Resolução CMN nº 4.877 que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Funcionários e IFRS – International Financial Reporting Standards, aplicáveis aos processos de mensuração de obrigação atuarial para os benefícios pós-emprego: (i) assistência médica, (ii) seguro de vida em grupo e (iii) previdência complementar, com repasse dos conhecimentos técnicos para equipe da auditoria interna, em conformidade com as especificações constantes deste Edital e seus anexos.	Item 13.21.  Não houve qualquer menção a uma restrição para inscritos no IBA.

Vale dizer que em todas as experiências acima, a parcela de maior relevância do escopo foi avaliação atuarial, com base no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), não havendo qualquer restrição ou impedimento para empresas que optam por não se associarem ao IBA.

Além disso, o princípio da impessoalidade impõe que todos os licitantes sejam tratados de forma igualitária. Ao não permitir a participação de inúmeras empresas com expertise na área, a Administração estaria concedendo um tratamento privilegiado a um número privilegiado de licitantes registradas no referido Instituto.

Essa conduta fere o princípio da isonomia e compromete a legitimidade do processo licitatório. Assim, ante todo o exposto, a retirada da exigência prevista no CBC é medida que se impõe para garantir a legalidade, a impessoalidade e a moralidade do certame.

## VI. DOS PEDIDOS

---

Ante o exposto, requer-se o recebimento da presente impugnação, eis que tempestiva, uma vez que de acordo com o entendimento pacificado com a menção às decisões no corpo da presente impugnação, caso o CBC não seja redefinido, invariavelmente o será em momento posterior, o que – sobremaneira, irá causar prejuízos às licitantes, à sociedade e ao próprio órgão e, portanto, que:

- a) O processo tenha seu Caderno de Bases e Condições redefinido e republicado, excluindo as exigências de habilitação técnico-operacional contidas no item 1.4.2, alínea “b”, uma vez que conforme entendimento majoritário citado ao longo desta impugnação, bem como ao princípio constitucional de que “ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado” deve tal restrição ser afastada, a fim de se adequar ao princípio da ampliação da participação e concorrência;
- b) Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de que não seja modificado o dispositivo editalício impugnado, tal decisão certamente não

prosperará perante o Poder Judiciário, pela via  
mandamental, sem prejuízo de representação  
junto ao Tribunal de Contas.

Nestes Termos,  
Pede e Espera Deferimento.

XXXXXXXXXX/XX, 20 de junho de  
2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

**IMPUGNANTE**

## Pregão Eletrônico n. PE.EPE.90.013/2024

**OBJETO:** Prestação de serviço de Avaliação Atuarial dos Benefícios concedidos aos Empregados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

**IMPUGNANTE:** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXX, XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, Bairro/Distrito XXXXXXXXX, XXXXX/XX

### I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

De acordo com o subitem 7.1 do Edital, até três dias úteis antes da data marcada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, sendo que o subitem 7.2 estabelece o endereço eletrônico editais@epe.gov.br como canal válido para a apresentação da impugnação.

A manifestação da impugnação do edital foi recebida na caixa de entrada do e-mail editais@epe.gov.br no dia 09 de outubro, às 16:37, dentro da antecedência mínima requerida pelo edital de 3(três) dias úteis da abertura do certame, agendado para o dia 12 de agosto, sendo, portanto, o pedido, TEMPESTIVO.

### II - DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

A impugnação formulada questiona, resumidamente, o item 5 da Habilitação Técnica Anexo I do Edital, com os seguintes termos:

*(...)Nesse sentido, perceba que o Termo de Referência, ao tratar das condições de HABILITAÇÃO TÉCNICA no item 5, subitem 5.1.7, estabeleceu o que segue: ... Registro de inscrição da Licitante junto ao Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária CIBA.”(...)*

Segundo a impugnante as exigências não possuem respaldo jurisprudencial caracterizando restrição a participação e concorrência, nos seguintes termos:

*(...) “Nesse sentido, resta mais do que cristalino que a habilitação deve ser conduzida em ajuste com a proporcionalidade, e não o contrário. Vejamos, inicialmente, que o objeto do certame é a contratação de “Avaliação Atuarial, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 33 (R2)”, Ocorre que o item 5, subitem 5.1.7 - do supramencionado Termo de Referência restringe a competitividade no certame, indicando que a licitante tenha registro junto ao Instituto Brasileiro de Atuária, bem como seja Membro Coletivo do referido Instituto, nos termos do artigo 6º do Estatuto do Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.” (...)*

Ainda segundo a impugnante

*(...) “O Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) não é conselho profissional, de modo que não tem competência legal para instituir normas/resoluções que afetem principalmente o setor público em seus processos administrativos. Neste sentido, é ilegal e contrária ao estabelecido na Lei de Licitações, Artigo 3º, §1º, inciso I.” (...)*



A ora Impugnante, ante o exposto no seu pedido de impugnação, requer que:

*(...) 1) O processo tenha seu edital redefinido e republicado, excluindo as exigências de habilitação contidas no Item 5, subitem 5.1.7 e 5.1.8. do Termo de Referência;(...)*

Os argumentos apresentados pela IMPUGNANTE estão, em sua íntegra, disponíveis, para eventual consulta, no acesso livre do sistema ComprasNet e na página da EPE (<https://www.epe.gov.br/pt/a-epe/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/pe-epe-90.013-2024>).

### III – DA ANÁLISE

Após análise das alegações da IMPUGNANTE, o pregoeiro e equipe de apoio, entendeu caber razão no pleito. Assim, visando a ampliação da participação no certame, e o atendimento as jurisprudências mais recentes sobre o assunto, a EPE reformará o edital excluindo os subitens 5.1.7 e 5.1.8 dos critérios de habilitação contantes do Termo de Referência.

### IV – DA CONCLUSÃO.

A luz da legislação vigente, da documentação acostada no processo e dos fatos aqui relatados, recebo a impugnação por ser tempestiva para, no mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO**. Assim, o Edital será reformado, especificamente no item 5 – HABILITAÇÃO TÉCNICA, excluindo-se os subitens 5.1.7 e 5.1.8 do Termo de Referência, ANEXO I do Edital, que deverá ser republicado com a devida recontagem do prazo legal.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2024.

ORIGINAL ASSINADO ELETRONICAMENTE

XXXXXXXXX Pregoeiro